



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



DANIEL AUGUSTO GUIMARÃES

**HISTÓRIA E FUNÇÃO DA POLÍCIA OSTENSIVA NO BRASIL E EM GOIÁS SOB
A PERSPECTIVA DOS ALUNOS INGRESSANTES**

GOIÂNIA-GO

2025

DANIEL AUGUSTO GUIMARÃES

**HISTÓRIA E FUNÇÃO DA POLÍCIA OSTENSIVA NO BRASIL E EM GOIÁS SOB
A PERSPECTIVA DOS ALUNOS INGRESSANTES**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Márcio Antônio de Paula.

GOIÂNIA-GO

2025

HISTÓRIA E FUNÇÃO DA POLÍCIA OSTENSIVA NO BRASIL E EM GOIÁS SOB A PERSPECTIVA DOS ALUNOS INGRESSANTES

HISTORY AND FUNCTION OF THE POLICE IN BRAZIL AND GOIÁS FROM THE PERSPECTIVE OF NEW STUDENTS

Daniel Augusto Guimarães¹
Márcio Antônio de Paula)²

Resumo

A polícia ostensiva no Brasil, atribuída às polícias militares pela Constituição Federal de 1988, apresenta trajetória marcada por origens coloniais, reestruturações imperiais e consolidação republicana, com adaptações regionais em Goiás desde a criação da PMGO em 1858. A pesquisa examina as concepções dos ingressantes da Academia de Polícia Militar de Goiás sobre essa evolução histórica e funções institucionais. O objetivo geral consiste em avaliar as visões desses policiais sobre a história e o papel da polícia ostensiva no contexto nacional e estadual. A abordagem qualitativa combina análise documental de fontes institucionais e acadêmicas com aplicação de questionários com questões abertas a 27 participantes, submetidos a categorização temática. Os achados indicam predominância de respondentes masculinos na faixa etária de 25 a 30 anos, com ênfase na Constituição de 1988 como marco histórico relevante e equilíbrio entre preservação da ordem pública e combate à criminalidade como funções principais, além de percepções positivas sobre conformidade democrática e demandas por aprimoramento em policiamento comunitário e conteúdos históricos. A análise aponta para a coexistência de perspectivas tradicionais e contemporâneas, sugerindo potencial para identidade profissional alinhada a princípios democráticos por meio de ajustes formativos.

Palavras-chave: Polícia ostensiva; História policial; Formação ingressantes; PMGO; Percepções institucionais.

Abstract

Ostensive policing in Brazil, assigned to military police by the Federal Constitution of 1988, features a trajectory marked by colonial origins, imperial restructurings, and republican consolidation, with regional adaptations in Goiás since the creation of PMGO in 1858. The research examines the conceptions of entrants at the Goiás Military Police Academy regarding this historical evolution and institutional functions. The general objective consists of evaluating the views of these police officers on the history and role of ostensive policing in the national and state context. The qualitative approach combines documentary analysis of institutional and academic sources with the application of questionnaires with open questions to 27 participants, subjected to thematic categorization. The findings indicate a predominance of male respondents in the 25 to 30 age group, with emphasis on the 1988 Constitution as a relevant historical milestone and balance between public order preservation and crime combat as main functions, in addition to positive perceptions about democratic conformity and demands for improvement in community policing and historical contents. The analysis points to the coexistence of traditional and contemporary perspectives, suggesting potential for professional identity aligned with democratic principles through formative adjustments.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás Email: dag-daniel@hotmail.com. Telefone: 62 985468242.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Educação Física e Especialista em Fisiologia do Exercício. Email: marcio.paula78@gmail.com. Telefone: (62)9 8313-8355.

Keywords: Ostensive policing; Police history; Entrants training; PMGO; Institutional perceptions.

1 INTRODUÇÃO

A polícia ostensiva, conforme delineada no artigo 144, § 5º, da Constituição Federal de 1988, constitui atribuição precípua das polícias militares, com a função de preservar a ordem pública por meio de ações preventivas e repressivas. No Brasil, sua trajetória histórica abrange desde as guardas coloniais até a consolidação das polícias militares no período republicano, com influências marcadas por contextos sociais e políticos (Ege, 2017).

Em Goiás, a Polícia Militar desenvolveu uma história própria, adaptada às demandas regionais de segurança pública, conforme descrito por Brito (1991). Este estudo analisa as percepções dos policiais ingressantes da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM) acerca da história e da função da polícia ostensiva, investigando como esses novos membros interpretam o papel institucional no contexto nacional e estadual.

A literatura acadêmica oferece elementos para compreender a formação das instituições policiais. Beato Filho e Ribeiro (2016) destacam que a compreensão da trajetória histórica pelos policiais pode moldar sua identidade profissional e sua relação com a sociedade, influenciando a legitimidade das ações policiais. Bengochea *et al.* (2004) aponta que a transição para paradigmas de policiamento comunitário exige uma formação que articule história, valores institucionais e práticas democráticas.

Contudo, a escassez de estudos sobre as visões dos ingressantes limita a avaliação da adequação dos programas de formação às demandas contemporâneas de segurança pública. A pergunta que orienta esta pesquisa é: Quais são as percepções dos policiais ingressantes da Academia de Polícia Militar de Goiás acerca da história e da função da polícia ostensiva no Brasil e em Goiás, e como essas visões se alinham com o referencial histórico-institucional da corporação?

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender as percepções dos ingressantes, cuja visão sobre a história e as funções da polícia ostensiva influencia a construção da identidade profissional e a condução das atividades operacionais. A formação inicial, conforme discutido por Silva (2014), deve alinhar-se aos princípios democráticos e aos direitos humanos, promovendo uma atuação policial que respeite os direitos fundamentais.

Machado e Jesus (2014) reforçam que a ausência de uma formação contextualizada pode gerar dissonâncias entre as expectativas dos policiais e as demandas institucionais. A pesquisa possui potencial para orientar estratégias pedagógicas no CAPM, promovendo conteúdos que integrem história policial e exigências contemporâneas, além de contribuir para o campo das ciências humanas ao explorar a construção da cultura policial em Goiás.

O objetivo geral é analisar a visão dos policiais ingressantes do CAPM sobre a história e a função da polícia ostensiva em Goiás e no Brasil. Os objetivos específicos são: identificar as concepções dos alunos ingressantes sobre os principais marcos históricos da polícia ostensiva no Brasil e em Goiás; avaliar as interpretações dos ingressantes acerca das atribuições da polícia ostensiva na segurança pública contemporânea; comparar as percepções dos alunos com os referenciais históricos e normativos da Polícia Militar de Goiás, incluindo documentos institucionais e literatura acadêmica.

A metodologia adota uma abordagem qualitativa, combinando análise documental e pesquisa de campo. Serão examinados documentos institucionais, como o Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023), e fontes acadêmicas, como Brito (1991) e Ege (2017). Questionários com questões abertas serão aplicados a ingressantes do CAPM, analisados por categorização temática.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍCIA OSTENSIVA NO BRASIL E EM GOIÁS

A polícia ostensiva no Brasil, conforme definida na Constituição Federal de 1988, é uma atribuição das polícias militares, com foco na preservação da ordem pública por meio de ações preventivas e repressivas. Sua trajetória histórica reflete as transformações sociais, políticas e econômicas do país. Ege (2017) descreve que as origens da polícia ostensiva remontam ao período colonial, com a criação de milícias e guardas locais para manter a ordem em áreas urbanas e rurais.

No período imperial, as guardas provinciais, instituídas em 1831, representaram um marco na organização de forças policiais subordinadas às províncias, desempenhando funções de controle social e repressão a revoltas. Com a proclamação da República em 1889, as polícias militares foram consolidadas como instituições estaduais, assumindo o papel de polícia ostensiva sob influência militar (Ege, 2017).

Em Goiás, a Polícia Militar desenvolveu uma trajetória singular, moldada pelas especificidades regionais. Brito (1991) detalha que a PMGO foi criada em 1858, como uma força de segurança voltada para a proteção de áreas urbanas e rurais em um contexto de expansão territorial. Durante o período republicano, a corporação passou por reestruturações, com ênfase na profissionalização e na adaptação aos desafios de segurança, como conflitos fundiários e banditismo rural. A pesquisa de Brito destaca que a PMGO incorporou práticas militarizadas, mas também desenvolveu ações de proximidade com a comunidade, especialmente em regiões interioranas.

Beato Filho e Ribeiro (2016) argumentam que a compreensão da história policial pelos membros da corporação influencia a formação de sua identidade profissional. Os autores observam que a narrativa histórica, ao destacar marcos como a criação das polícias militares ou reformas institucionais, pode reforçar valores de disciplina e hierarquia, mas também criar tensões com paradigmas democráticos.

Rocha (1992) complementa, analisando o desenvolvimento da PMGO como uma instituição que equilibra tradições militarizadas com a necessidade de adaptação às demandas sociais. O autor aponta que a história da PMGO reflete um processo contínuo de negociação entre controle estatal e legitimação perante a sociedade goiana.

Ferreira e Silva (2023) examinam a atuação do Batalhão de Eventos da PMGO, destacando que a polícia ostensiva, em sua evolução, incorporou funções especializadas, como o policiamento em grandes eventos, que exigem adaptação das práticas históricas às demandas contemporâneas. A pesquisa sugere que a história da PMGO é marcada por momentos de transição, como a introdução de normativos modernos, que buscam alinhar a corporação aos princípios constitucionais. Leite e Tavares (2023) reforçam essa perspectiva, descrevendo como as ações de policiamento ostensivo em Goiás evoluíram para incorporar elementos de prevenção, influenciadas por mudanças normativas e sociais.

Neto e Moraes (2023) analisam o policiamento ostensivo em Goiânia, destacando que a história da PMGO reflete a tensão entre a manutenção da ordem pública e a necessidade de responder às expectativas da população. Os autores apontam que marcos históricos, como a modernização do treinamento na década de 1990, moldaram a percepção dos policiais sobre seu papel. Prazeres e Leão (2024) complementam, observando que a história da polícia ostensiva em Goiás inclui iniciativas de prevenção secundária, como programas comunitários, que buscam aproximar a PMGO da sociedade.

A literatura converge na ideia de que a história da polícia ostensiva no Brasil e em Goiás é marcada por uma evolução que combina militarização com adaptação às demandas sociais.

Contudo, há divergências sobre o impacto dessa história na formação policial: enquanto Ege (2017) e Brito (1991) enfatizam a continuidade de práticas tradicionais, Beato Filho e Ribeiro (2016) destacam a necessidade de rever narrativas históricas para promover uma identidade alinhada aos princípios democráticos. Essa tensão sublinha a relevância de investigar as percepções dos ingressantes, que ingressam na corporação em um momento de transição institucional.

2.2 FUNÇÃO DA POLÍCIA OSTENSIVA E FORMAÇÃO DE INGRESSANTES

A função da polícia ostensiva, conforme delineada na Constituição Federal, centra-se na preservação da ordem pública, abrangendo ações preventivas, como patrulhamento, e repressivas, como o combate à criminalidade. Moraes e Júnior (2021) detalham que as atribuições legais da polícia ostensiva incluem a manutenção da segurança em espaços públicos, a prevenção de delitos e a garantia dos direitos fundamentais. Os autores destacam que essas funções exigem um equilíbrio entre autoridade e legitimidade, especialmente em contextos democráticos. Prazeres e Leão (2024) reforçam que a PMGO desempenha um papel de prevenção secundária, focado na redução de oportunidades para crimes por meio de presença ostensiva e interação com a comunidade.

Bengochea *et al.* (2004) argumentam que a transição para uma polícia cidadã, orientada por princípios de proximidade e respeito aos direitos humanos, exige uma reformulação das funções da polícia ostensiva. Os autores observam que a formação inicial dos policiais é um momento estratégico para incutir valores democráticos, mas frequentemente prioriza aspectos técnicos, como treinamento tático, em detrimento de conteúdos históricos e éticos. Machado e Jesus (2014) complementam, destacando que a polícia comunitária representa um novo paradigma para a polícia ostensiva, demandando uma formação que articule história institucional com práticas de engajamento social.

Silva (2014) enfatiza que a relação da polícia militar com os direitos humanos é central para sua legitimidade. O autor argumenta que a formação deve preparar os policiais para atuar em conformidade com os princípios constitucionais, promovendo uma cultura de respeito à cidadania. Ferreira e Nascimento (2023) analisam estratégias de policiamento ostensivo no combate à criminalidade, observando que a formação inicial influencia diretamente a percepção dos policiais sobre suas atribuições. A pesquisa sugere que conteúdos históricos e normativos podem reforçar o compromisso com a ordem pública democrática.

Rolim e Pereira (2022) examinam a eficiência policial, destacando que a formação inicial deve abordar indicadores de desempenho que incluam não apenas a repressão, mas também a prevenção e a satisfação comunitária. Os autores apontam que a ausência de uma formação contextualizada pode levar a práticas desalinhadas com as expectativas sociais. Leite e Tavares (2023) descrevem ações de policiamento ostensivo em Goiás, sugerindo que a formação dos ingressantes deve enfatizar a integração com a comunidade para fortalecer a legitimidade da PMGO.

Neto e Morais (2023) analisam o policiamento ostensivo em Goiânia, observando que a formação inicial frequentemente reflete uma visão tradicional da polícia ostensiva, centrada na repressão. Os autores defendem a inclusão de conteúdos sobre a história da PMGO para promover uma identidade profissional mais alinhada às demandas contemporâneas. Ferreira e Silva (2023) reforçam essa perspectiva, destacando que a formação no Batalhão de Eventos da PMGO incorpora elementos de história institucional, mas carece de uma abordagem sistemática sobre direitos humanos e cidadania.

A literatura diverge quanto à ênfase na formação. Enquanto Bengochea *et al.* (2004) e Machado e Jesus (2014) defendem um modelo comunitário, Moraes e Júnior (2021) e Rolim e Pereira (2022) destacam a importância de normativos legais para orientar as atribuições. Essa tensão sugere que a formação dos ingressantes deve integrar história, funções legais e paradigmas democráticos, um aspecto ainda pouco explorado nas percepções dos novos policiais. A análise dessas percepções é necessária para avaliar a adequação da formação inicial às exigências da segurança pública contemporânea.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, combinando análise documental e pesquisa de campo, com o objetivo de captar as percepções dos policiais ingressantes da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM) sobre a história e a função da polícia ostensiva.

O estudo foi estruturado para permitir a contextualização das visões dos participantes em relação ao referencial histórico-institucional, garantindo replicabilidade.

A análise documental abrange fontes primárias, como o Procedimento Operacional Padrão (PMGO, 2023), portarias, regimentos internos e arquivos históricos da PMGO, e fontes secundárias, como estudos de Brito (1991) e Ege (2017). Essa etapa visa estabelecer o contexto

histórico e normativo da polícia ostensiva, identificando marcos e atribuições que orientam a corporação.

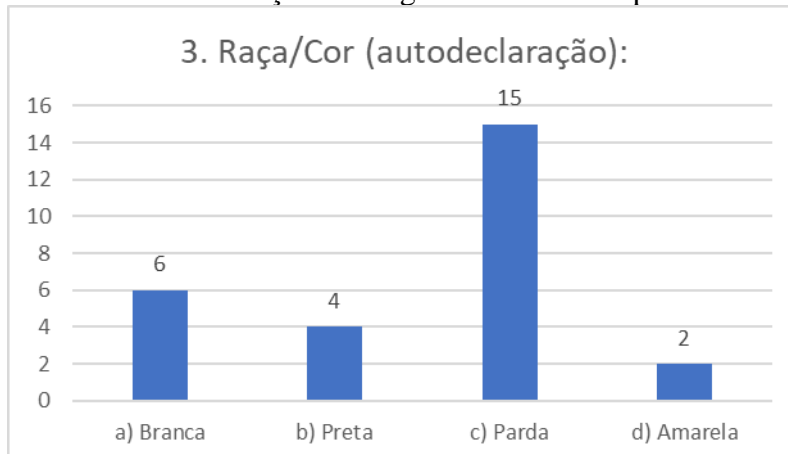
A pesquisa de campo será realizada por meio de questionários com 10 questões abertas, aplicados a uma amostra de policiais ingressantes do CAPM, selecionados por estarem no início do curso de formação (primeiros 6 meses). O questionário aborda concepções históricas, interpretações das atribuições e alinhamento com referenciais institucionais. As respostas serão analisadas por categorização temática, conforme técnica proposta por Gil (2010), organizando os dados em categorias como “marcos históricos percebidos” e “visão das funções policiais”.

Considerando uma população total de 160 discentes matriculados no Curso de Formação de Praças Policiais Militares da PMGO, foi realizado o cálculo da amostra com base em uma margem de erro de 5% e nível de confiança de 90%. O resultado indicou a necessidade de aplicação do questionário a, no mínimo, 102 participantes ($n = 102$), garantindo assim a representatividade estatística dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra contou com a participação de 27 respondentes, a caracterização sociodemográfica dos participantes revela aspectos significativos para a compreensão das percepções analisadas. A composição da amostra apresenta predominância masculina (77,8%), refletindo a configuração histórica das corporações policiais militares brasileiras. A distribuição etária concentra-se na faixa de 25 a 30 anos (51,9%), seguida pelo grupo de 31 a 35 anos (33,3%), indicando um perfil de ingressantes com maturidade pessoal e profissional.

Gráfico 1 - Distribuição Demográfica dos Participantes



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

O Gráfico 1 demonstra que a autodeclaração racial apresenta prevalência de participantes pardos (55,6%), brancos (22,2%) e pretos (14,8%), configuração que se aproxima da distribuição étnico-racial da população goiana. Quanto ao tempo de matrícula, 77,8% dos respondentes encontram-se no período de 3 a 6 meses de formação, representando um momento significativo do processo formativo onde as concepções iniciais começam a ser moldadas pelo ambiente institucional.

A predominância temporal na faixa de 3 a 6 meses de formação configura um período relevante para investigação, considerando que Beato Filho e Ribeiro (2016) identificam que a construção da identidade profissional policial ocorre progressivamente durante o processo formativo, sendo influenciada tanto pelos conteúdos formais quanto pelas práticas institucionais absorvidas no cotidiano acadêmico.

A análise das percepções sobre marcos históricos revela padrões significativos na compreensão dos participantes acerca da evolução institucional da polícia ostensiva brasileira. A regulamentação pela Constituição de 1988 emergiu como o marco mais relevante (51,9%), superando a consolidação das polícias militares na República (25,9%) e as reformas de profissionalização da década de 1990 (14,8%).

Gráfico 2 - Marcos Históricos Relevantes da Polícia Ostensiva no Brasil



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

O Gráfico 2 evidencia a valorização do marco constitucional de 1988, fenômeno que pode ser interpretado à luz das contribuições de Silva (2014) sobre a importância da formação democrática. A prevalência desta percepção sugere que os ingressantes reconhecem a Constituição Federal como divisor histórico na configuração das atribuições policiais

contemporâneas, particularmente no que se refere ao alinhamento com princípios democráticos e direitos humanos.

A distribuição das respostas indica ainda que apenas 3,7% dos participantes declararam não possuir conhecimento sobre marcos históricos, sugerindo que o processo seletivo e os conteúdos iniciais da formação proporcionam base mínima de contextualização histórica. Contudo, a fragmentação das percepções entre diferentes marcos históricos pode refletir a necessidade de sistematização curricular mais consistente sobre a evolução institucional policial.

A investigação sobre eventos históricos específicos da Polícia Militar de Goiás revela maior convergência nas percepções dos participantes. A criação da PMGO em 1858 foi identificada como evento mais relevante por 70,4% dos respondentes, demonstrando consolidação do conhecimento sobre as origens institucionais locais.

Tabela 1 - Eventos Históricos Associados à Formação da PMGO

Evento Histórico	Frequência	Percentual
Criação da PMGO em 1858	19	70,4%
Modernização do treinamento (década 1990)	6	22,2%
Reestruturações republicanas	1	3,7%
Não tenho conhecimento	1	3,7%
Total	27	100,0%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

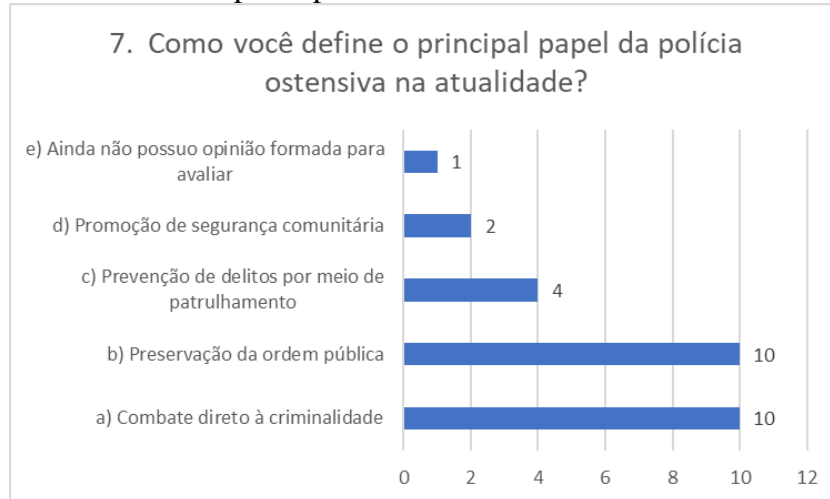
A Tabela 1 demonstra que a identificação com o marco fundacional de 1858 supera significativamente outras referências históricas, indicando efetividade na transmissão deste conteúdo específico durante o processo formativo. Esta convergência alinha-se com as proposições de Rocha (1992) sobre a importância da narrativa histórica para a legitimação institucional da PMGO perante a sociedade goiana.

A modernização do treinamento na década de 1990, reconhecida por 22,2% dos participantes, reflete a percepção sobre transformações mais recentes na corporação. Este reconhecimento sugere que os ingressantes identificam a relevância das reformas contemporâneas, embora em proporção menor que o marco fundacional, indicando possível ênfase curricular nos aspectos tradicionais da história institucional.

A análise das concepções sobre o papel contemporâneo da polícia ostensiva revela equilíbrio entre duas perspectivas dominantes: preservação da ordem pública e combate direto à

criminalidade, ambas com 37,0% das preferências. A prevenção de delitos por meio de patrulhamento obteve 14,8%, enquanto a promoção de segurança comunitária alcançou 7,4%.

Gráfico 3 - Principal Papel da Polícia Ostensiva na Atualidade



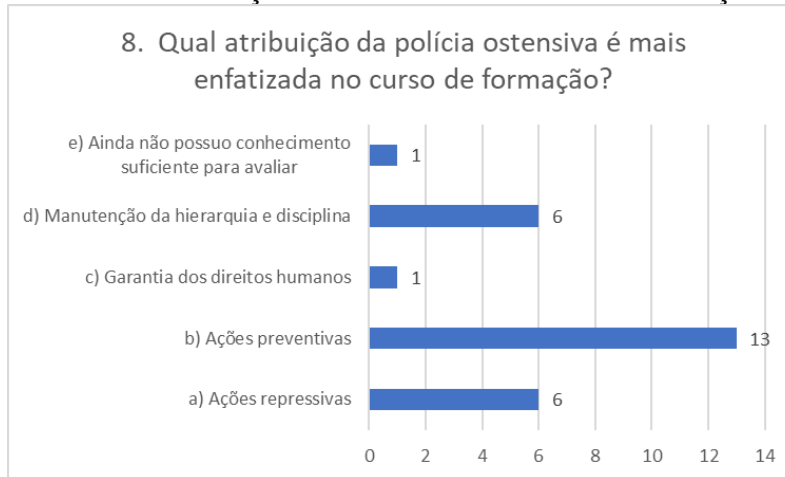
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

O Gráfico 3 revela divisão equilibrada entre concepções que enfatizam diferentes aspectos da atividade policial. A equivalência entre "preservação da ordem pública" e "combate direto à criminalidade" sugere coexistência de perspectivas tradicionais e contemporâneas sobre a função policial. Esta dualidade pode refletir influências tanto da formação acadêmica quanto de representações sociais sobre o trabalho policial.

A comparação com as atribuições enfatizadas no curso de formação demonstra predominância das ações preventivas (48,1%), seguidas pela manutenção da hierarquia e disciplina e ações repressivas (22,2% cada). Esta configuração indica que o processo formativo privilegia abordagens preventivas, embora as concepções sobre o papel principal mantenham-se divididas entre perspectivas preventivas e repressivas.

O Gráfico 4 evidencia que a formação acadêmica enfatiza primordialmente ações preventivas, alinhando-se com as diretrizes contemporâneas de segurança pública que privilegiam a prevenção sobre a repressão. Contudo, a persistência de concepções sobre o papel principal divididas entre ordem pública e combate à criminalidade pode indicar influência de representações externas ao ambiente formativo, confirmando as observações de Beato Filho e Ribeiro (2016) sobre as tensões entre saberes formais e práticos na construção da identidade policial.

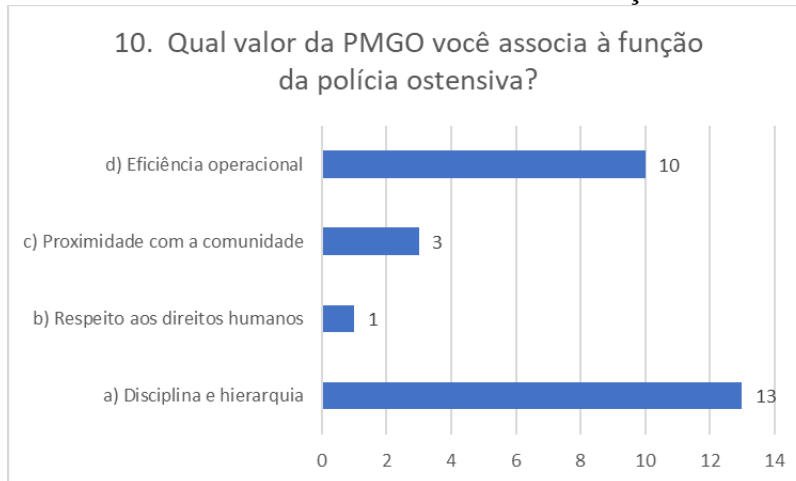
Gráfico 4 - Atribuições Enfatizadas no Curso de Formação



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

A investigação sobre valores institucionais associados à função da polícia ostensiva revela predominância da disciplina e hierarquia (48,1%), seguida pela eficiência operacional (37,0%). A proximidade com a comunidade obteve 11,1%, enquanto o respeito aos direitos humanos alcançou apenas 3,7%.

Gráfico 5 - Valores da PMGO Associados à Função Policial



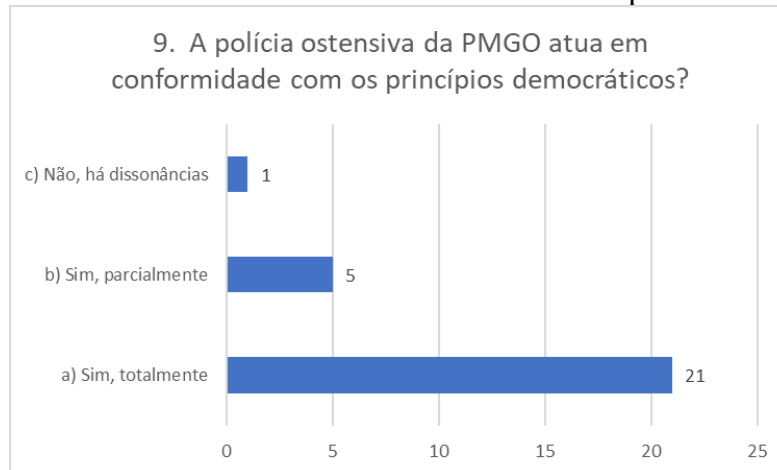
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

O Gráfico 5 demonstra a prevalência de valores tradicionalmente militares, com disciplina e hierarquia ocupando posição dominante nas percepções dos ingressantes. A eficiência operacional, em segundo lugar, reflete preocupações contemporâneas com resultados e desempenho institucional. A baixa valorização da proximidade comunitária e do respeito aos direitos humanos pode indicar lacunas na internalização de valores democráticos durante a formação inicial.

Esta hierarquização de valores alinha-se com as observações de Rocha (1992) sobre o equilíbrio entre tradições militarizadas e demandas sociais na PMGO. A predominância de valores hierárquico-disciplinares sugere que, mesmo em contexto democrático, a cultura institucional mantém características tradicionalmente militares, criando tensões com paradigmas democráticos contemporâneos, conforme identificado por Beato Filho e Ribeiro (2016).

A percepção sobre conformidade da atuação da PMGO com princípios democráticos apresenta avaliação predominantemente positiva, com 77,8% dos participantes considerando a atuação "totalmente" conforme tais princípios. A avaliação "parcialmente" conforme obteve 18,5%, enquanto apenas 3,7% identificaram dissonâncias.

Gráfico 6 - Conformidade da PMGO com Princípios Democráticos



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

O Gráfico 6 revela percepção majoritariamente favorável sobre a conformidade democrática da instituição, resultado que pode refletir tanto a efetividade das transformações institucionais quanto possível idealização da corporação pelos ingressantes. A baixa proporção de percepções críticas (22,2% considerando conformidade parcial ou inexistente) sugere que o processo formativo inicial favorece percepções positivas sobre a instituição.

A avaliação positiva da conformidade democrática contrasta com a baixa valorização dos direitos humanos como valor institucional (3,7%), criando aparente contradição nas percepções. Esta discrepância pode indicar compreensão limitada sobre as implicações práticas dos princípios democráticos na atividade policial, ou ainda, conforme Silva (2014), a necessidade de aprofundamento na formação sobre direitos humanos e democracia.

Tabela 2 - Cruzamento: Tempo de Formação vs. Percepção Democrática]

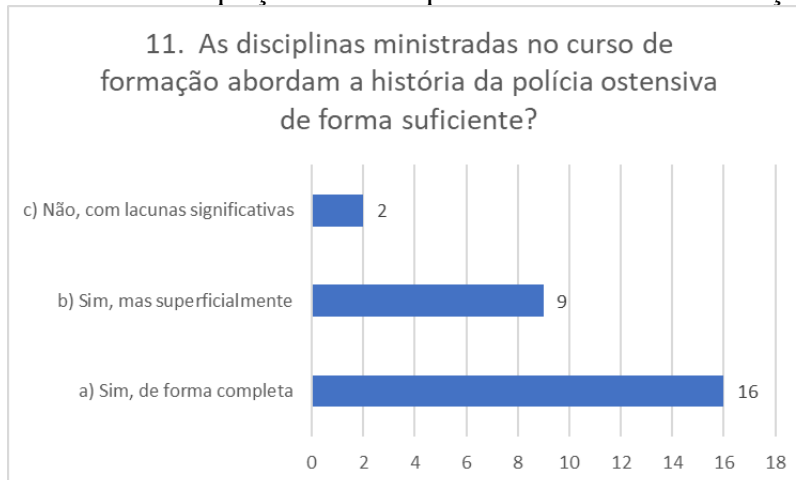
Tempo de Formação	Totalmente	Parcialmente	Dissonâncias	Total
Menos de 3 meses	2 (66,7%)	1 (33,3%)	0 (0%)	3
3 a 6 meses	17 (81,0%)	3 (14,3%)	1 (4,7%)	21
6 a 12 meses	1 (50,0%)	1 (50,0%)	0 (0%)	2
Mais de 12 meses	1 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	1
Total	21	5	1	27

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

A Tabela 2 demonstra que participantes com maior tempo de formação (3 a 6 meses) apresentam percepções mais favoráveis sobre conformidade democrática (81,0% "totalmente"), sugerindo que o processo formativo contribui para consolidação de percepções positivas sobre a instituição. Contudo, o pequeno tamanho amostral limita generalizações sobre esta tendência.

A avaliação sobre adequação das disciplinas históricas na formação revela percepções majoritariamente positivas, com 55,6% considerando a abordagem "completa" e 22,2% "totalmente" adequada. Contudo, 33,3% identificam tratamento "superficial", e 7,4% apontam lacunas significativas.

Gráfico 7 - Adequação das Disciplinas Históricas na Formação



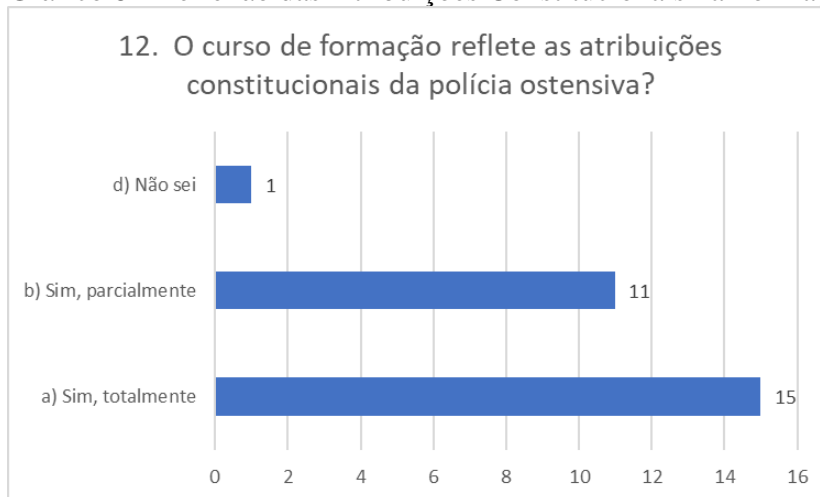
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

O Gráfico 7 evidencia que, embora a maioria avalie positivamente o conteúdo histórico (77,8%), uma proporção significativa identifica limitações na abordagem (40,7%). Esta percepção alinha-se com as proposições de Beato Filho e Ribeiro (2016) sobre a importância da compreensão histórica para formação da identidade profissional policial, sugerindo necessidade de aprimoramento curricular nesta área.

A identificação de tratamento "superficial" por um terço dos participantes pode refletir expectativas elevadas sobre aprofundamento histórico, ou ainda, limitações na carga horária e metodologia de ensino das disciplinas históricas. Esta percepção torna-se particularmente relevante considerando que o conhecimento histórico influencia a construção das percepções sobre função e identidade policial.

A avaliação sobre reflexão das atribuições constitucionais no curso de formação apresenta percepções predominantemente positivas, com 55,6% considerando reflexão "total" e 40,7% "parcial". Apenas 3,7% declararam não saber avaliar este aspecto.

Gráfico 8 - Reflexão das Atribuições Constitucionais na Formação



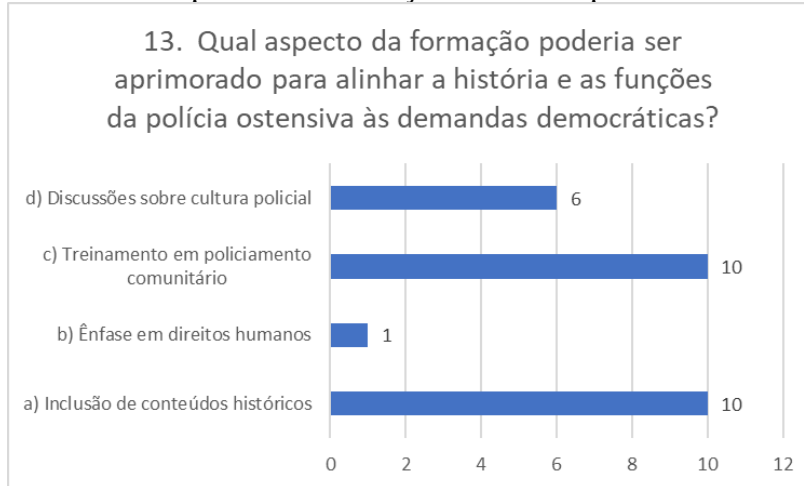
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

O Gráfico 8 demonstra que 96,3% dos participantes identificam algum nível de reflexão das atribuições constitucionais na formação, resultado que sugere efetividade na transmissão dos fundamentos legais da atividade policial. A proporção de avaliações "parciais" (40,7%) pode indicar oportunidades de aprimoramento na conexão entre dispositivos constitucionais e práticas operacionais.

A percepção positiva sobre reflexão constitucional alinha-se com os achados sobre conformidade democrática, sugerindo coerência nas avaliações dos participantes sobre aspectos legais e democráticos da formação. Contudo, conforme Silva (2014), a mera transmissão de conteúdos constitucionais não garante internalização efetiva de princípios democráticos, requerendo metodologias pedagógicas que favoreçam reflexão crítica sobre a aplicação prática destes princípios.

A identificação de aspectos formativos a serem aprimorados revela empate entre treinamento em policiamento comunitário e inclusão de conteúdos históricos (37,0% cada), seguidos por discussões sobre cultura policial (22,2%) e ênfase em direitos humanos (3,7%).

Gráfico 9 - Aspectos da Formação a Serem Aprimorados



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

O Gráfico 9 evidencia que as principais demandas concentram-se em áreas que conectam formação acadêmica com práticas operacionais. O empate entre policiamento comunitário e conteúdos históricos sugere reconhecimento equilibrado da importância tanto de estratégias operacionais contemporâneas quanto de fundamentação histórica para a identidade profissional.

A demanda por treinamento em policiamento comunitário (37,0%) reflete tendências contemporâneas de segurança pública que privilegiam aproximação com a comunidade e estratégias preventivas. Esta demanda alinha-se com as observações sobre baixa valorização da proximidade comunitária como valor institucional (11,1%), sugerindo reconhecimento da necessidade de fortalecimento desta dimensão.

Tabela 3 - Cruzamento: Demandas de Aprimoramento vs. Papel Principal da Polícia

Papel Principal	Conteúdos Históricos	Policiamento Comunitário	Cultura Policial	Direitos Humanos	Total
Preservação da ordem	4 (40%)	3 (30%)	2 (20%)	1 (10%)	10
Combate à criminalidade	4 (40%)	4 (40%)	2 (20%)	0 (0%)	10

Prevenção de delitos	2 (50%)	2 (50%)	0 (0%)	0 (0%)	4
Segurança comunitária	0 (0%)	1 (50%)	1 (50%)	0 (0%)	2
Total	10	10	5	1	26

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025)

A Tabela 3 revela que participantes com diferentes concepções sobre papel policial apresentam demandas formativas similares, com distribuição equilibrada entre conteúdos históricos e policiamento comunitário. Esta convergência sugere que as demandas de aprimoramento transcendem perspectivas específicas sobre função policial, refletindo necessidades formativas mais amplas.

A baixa demanda por ênfase em direitos humanos (3,7%) contrasta com recomendações acadêmicas sobre formação policial democrática, podendo indicar subestimação da importância desta temática ou percepção de adequação do tratamento atual. Esta percepção merece atenção considerando que Silva (2014) identifica a educação em direitos humanos como elemento central para formação policial democrática.

A análise integrada dos resultados revela padrões significativos nas percepções dos ingressantes sobre história e função da polícia ostensiva. Três dimensões analíticas emergem como centrais: (1) coexistência de perspectivas tradicionais e contemporâneas sobre função policial; (2) valorização de marcos democráticos com manutenção de valores hierárquico-disciplinares; e (3) reconhecimento de adequação formativa com identificação de demandas específicas de aprimoramento.

A coexistência de perspectivas tradicionais e contemporâneas manifesta-se na divisão equilibrada entre "preservação da ordem pública" e "combate à criminalidade" como papel principal (37% cada), contrastando com ênfase formativa em ações preventivas (48,1%). Esta configuração sugere influência de múltiplas fontes na construção das percepções sobre função policial, confirmando as proposições de Beato Filho e Ribeiro (2016) sobre tensões entre saberes formais e representações práticas.

A valorização de marcos democráticos, evidenciada pela preferência pela Constituição de 1988 como marco histórico mais relevante (51,9%) e percepção positiva sobre conformidade democrática (77,8%), coexiste com predominância de valores tradicionais como disciplina e hierarquia (48,1%). Esta aparente contradição pode refletir processo de transição cultural na

corporação, onde elementos democráticos são reconhecidos formalmente, mas valores tradicionais mantêm predominância na cultura institucional.

As demandas de aprimoramento formativo, concentradas em policiamento comunitário e conteúdos históricos (37% cada), sugerem reconhecimento pelos ingressantes da necessidade de fortalecimento tanto de estratégias operacionais contemporâneas quanto de fundamentação histórica. Esta percepção alinha-se com as proposições teóricas sobre importância da contextualização histórica para formação da identidade profissional (Beato Filho e Ribeiro, 2016) e da educação democrática para legitimação da atividade policial (Silva, 2014).

A análise revela ainda que o processo formativo da PMGO apresenta efetividade na transmissão de conteúdos fundamentais, evidenciada pelas percepções positivas sobre adequação curricular e conformidade democrática. Contudo, persistem desafios relacionados à internalização de valores democráticos e à superação de tensões entre tradições institucionais e demandas contemporâneas de segurança pública.

A triangulação teórica entre Silva (2014), Beato Filho e Ribeiro (2016) e Rocha (1992) oferece marco interpretativo para compreensão destes padrões. As tensões identificadas refletem processos mais amplos de democratização das instituições policiais brasileiras, onde transformações formais coexistem com resistências culturais e estruturais. A formação policial emerge como espaço privilegiado para mediação destas tensões, requerendo abordagens pedagógicas que favoreçam reflexão crítica sobre identidade profissional e função social da polícia ostensiva.

Os resultados indicam que os ingressantes da PMGO apresentam percepções nuançadas sobre história e função policial, combinando reconhecimento de marcos democráticos com valorização de tradições institucionais. Esta configuração sugere potencial para desenvolvimento de identidade profissional que articule elementos tradicionais e contemporâneos, desde que o processo formativo seja orientado por princípios pedagógicos que favoreçam reflexão crítica e internalização de valores democráticos.

5 CONCLUSÃO

Os padrões identificados nas percepções dos ingressantes sobre a história e a função da polícia ostensiva revelam equilíbrio entre elementos tradicionais, como disciplina e preservação da ordem pública, e demandas contemporâneas por prevenção e conformidade democrática. A análise demonstra que os participantes associam marcos como a Constituição de 1988 à evolução institucional, enquanto valorizam atribuições repressivas e preventivas, com reconhecimento

positivo da adequação formativa, embora demandem aprimoramentos em policiamento comunitário e conteúdos históricos.

Essas constatações cumprem o objetivo geral de examinar as visões dos policiais novos, ao mostrar que suas concepções integram narrativas históricas com funções legais, respondendo ao problema de pesquisa sobre o alinhamento entre percepções e referenciais institucionais. Os objetivos específicos foram atendidos: identificaram-se marcos históricos priorizados, como a criação da PMGO e a Constituição Federal; avaliaram-se interpretações das atribuições, com ênfase em ordem pública e prevenção; compararam-se visões com normativos da PMGO, revelando convergências em princípios democráticos.

As contribuições para a segurança pública concentram-se em dados sobre a construção da identidade profissional na PMGO, que orientam ajustes pedagógicos para fortalecer a reflexão crítica sobre o papel policial. As ideias centrais resumem-se à tensão entre tradições militarizadas e paradigmas democráticos, com potencial para coesão institucional por meio de formação contextualizada.

REFERÊNCIAS

BEATO FILHO, Cláudio; RIBEIRO, Ludmila. Discutindo a reforma das polícias no Brasil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 4, p. e174, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/download/23255/15239/107065> Acesso em: 30 MAI 2025.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz *et al.* A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, p. 119-131, 2004.

BRITO, José Caetano de. **A evolução histórica da polícia militar de Goiás: uma proposta bibliográfica**. 1991. f. 160. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Academia de Polícia Militar de Goiás, Goiânia, 1991. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/o-anhanguera.pdf> Acesso em: 30 MAI 2025.

EGE, Flávio Tadeu. **Uma breve história da polícia no Brasil**. Clube de Autores, 2017.

FERREIRA, Douglas de Souza; SILVA, Brunner Ramos da. **Natureza Institucional Do Policiamento Ostensivo Na Atuação Do Batalhão De Eventos**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023. Disponível em: <https://dspace.pm.go.gov.br/items/6e6794ec-f6dd-470e-9bee-c3d83b2a76eb> Acesso em: 30 MAI 2025.

FERREIRA, Gustavo Constantino; NASCIMENTO, Josimar Pires Nicolau do. **Policiamento Ostensivo: Estratégia No Combate À Criminalidade**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023. Disponível em:

https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/8567/1/Rev.%20Susp_N2_P80_97.pdf Acesso em: 30 MAI 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOIÁS. Polícia Militar. **Procedimento Operacional Padrão**. 4. ed. Goiânia: PMGO, 2023.

LEITE, Hátino Duarte; TAVARES, Andreia Guimaraes. **Ações De Policiamento Ostensivo No Estado De Goiás**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023. Disponível em: <https://dspace.pm.go.gov.br/items/6ddb5050-ab08-41bc-8cd1-217c7486d894> Acesso em: 30 MAI 2025.

MACHADO, Donavan Farias; JESUS, José Lauri Bueno de. Policia comunitária: um novo paradigma de polícia ostensiva. **Direito em Debate–Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí**. Ano XXIII nº, v. 42, p. 207-231, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/3131> Acesso em: 30 MAI 2025.

MORAES, Jucimar Inácio; JÚNIOR, Paulo de Tarso Augusto. Aspectos legais da polícia ostensiva de competência da Polícia Militar. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)-ISSN 2595-2153**, v. 4, n. 8, p. 123-140, 2021. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/93> Acesso em: 30 MAI 2025.

NETO, Antonio Lobianco; MORAIS, Alan Carlos Pires de. **O Trabalho Ostensivo Da Polícia Militar Para O Combate A Criminalidade Em Goiânia**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023. Disponível em: <https://dspace.pm.go.gov.br/items/1ddc81d0-16fc-4cf1-aaf5-66a9a881bb3a> Acesso em: 30 MAI 2025.

PRAZERES, Pedro Paulo de Souza; LEÃO, Carla. **Policiamento ostensivo da polícia militar de goiás e seu papel na prevenção secundária**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2024. Disponível em: <https://dspace.pm.go.gov.br/items/c247ecf2-6181-4c8f-83b5-61e605bcb05e> Acesso em: 30 MAI 2025.

ROCHA, Santos Roberto. A Polícia Militar E O Exercício Da Polícia Ostensiva: Uma Nova Profissão?. **O Alferes**, v. 10, n. 35, 1992. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/issue/view/32/51> Acesso em: 30 MAI 2025.

ROLIM, Marcos; PEREIRA, Vanessa de Quadros. A eficiência policial e seus indicadores. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 3, p. 314-331, 2022. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1445> Acesso em: 30 MAI 2025.

SILVA, Ricardo Pedrassoli. A polícia militar e sua relação com os direitos humanos no brasil. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 5, n. 5, p. e555266-e555266, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/5266>. Acesso em: 30 MAI 2025.

APÊNDICE A – TÍTULO

Prezado(a) participante,

Você é convidado(a) a participar da pesquisa “História e Função da Polícia Ostensiva no Brasil e em Goiás sob a Perspectiva dos Alunos Ingressantes”, conduzida por Daniel Augusto Guimarães, aluno da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública da PMGO. O estudo analisa suas percepções sobre a história e o papel da polícia ostensiva. A participação envolve responder a um questionário com 10 questões abertas (~15 minutos), com anonimato garantido. A pesquisa não apresenta riscos e pode contribuir para aprimorar a formação policial. A participação é voluntária, e você pode desistir a qualquer momento. Responda às questões marcando a alternativa que melhor reflete sua percepção. As respostas são anônimas e destinam-se exclusivamente a fins acadêmicos.

Concordo

Não concordo

1. Sexo:

a) Masculino

b) Feminino

c) Prefiro não informar

2. Faixa etária:

a) Menos de 18 anos

b) 18 a 24 anos

c) 25 a 30 anos

d) 31 a 35 anos

e) 36 a 40 anos

f) Acima de 40 anos

3. Raça/Cor (autodeclaração):

a) Branca

b) Preta

c) Parda

d) Amarela

e) Indígena

f) Prefiro não informar

4. Há quanto tempo você está matriculado no curso de formação do CAPM?
- a) Menos de 3 meses
 - b) 3 a 6 meses
 - c) 6 a 12 meses
 - d) Mais de 12 meses
5. Qual marco histórico você considera mais relevante para a polícia ostensiva no Brasil?
- a) Criação das guardas provinciais (1831)
 - b) Consolidação das polícias militares na República (1889)
 - c) Regulamentação pela Constituição de 1988
 - d) Reformas de profissionalização na década de 1990
 - e) Não tenho conhecimento a respeito.
6. Qual evento histórico você associa à formação da Polícia Militar de Goiás?
- a) Criação da PMGO em 1858
 - b) Reestruturações no período republicano
 - c) Modernização do treinamento na década de 1990
 - d) Introdução de normativos contemporâneos
 - e) Não tenho conhecimento a respeito.
7. Como você define o principal papel da polícia ostensiva na atualidade?
- a) Combate direto à criminalidade
 - b) Preservação da ordem pública
 - c) Prevenção de delitos por meio de patrulhamento
 - d) Promoção de segurança comunitária
 - e) Ainda não possuo opinião formada para avaliar
8. Qual atribuição da polícia ostensiva é mais enfatizada no curso de formação?
- a) Ações repressivas
 - b) Ações preventivas
 - c) Garantia dos direitos humanos
 - d) Manutenção da hierarquia e disciplina
 - e) Ainda não possuo conhecimento suficiente para avaliar

9. A polícia ostensiva da PMGO atua em conformidade com os princípios democráticos?
- a) Sim, totalmente
 - b) Sim, parcialmente
 - c) Não, há dissonâncias
 - d) Ainda não possuo conhecimento suficiente para avaliar
10. Qual valor da PMGO você associa à função da polícia ostensiva?
- a) Disciplina e hierarquia
 - b) Respeito aos direitos humanos
 - c) Proximidade com a comunidade
 - d) Eficiência operacional
11. As disciplinas ministradas no curso de formação abordam a história da polícia ostensiva de forma suficiente?
- a) Sim, de forma completa
 - b) Sim, mas superficialmente
 - c) Não, com lacunas significativas
 - d) Não abordam
12. O curso de formação reflete as atribuições constitucionais da polícia ostensiva?
- a) Sim, totalmente
 - b) Sim, parcialmente
 - c) Não, há discrepâncias
 - d) Não sei
13. Qual aspecto da formação poderia ser aprimorado para alinhar a história e as funções da polícia ostensiva às demandas democráticas?
- a) Inclusão de conteúdos históricos
 - b) Ênfase em direitos humanos
 - c) Treinamento em policiamento comunitário
 - d) Discussões sobre cultura policial